

Rectificação n.º 917/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 3796/2008 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 33 de 15 de Fevereiro de 2008), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê “08/05/1958” deve ler-se “02/05/1958”.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 918/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 23705/2007 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235 de 6 de Dezembro de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê “nacionalidade brasileira” deve ler-se “nacionalidade guineense”.

15 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Direcção-Geral da Administração da Justiça****Despacho (extracto) n.º 11739/2008**

Por despacho do Subdirector-Geral de 09-04-08, por delegação de competências da Directora-Geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 20-08-2007):

Cumpridas as disposições legais constantes do artigo. 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (Lei da mobilidade), designadamente através de procedimento de selecção para reinício de funções por tempo indeterminado, P20080993, não tendo sido apresentada qualquer candidatura, nomeio o licenciado Paulo Alexandre Salgueiro Pereira, escrivão adjunto, do grupo de pessoal oficial de justiça, no âmbito de processo de reclassificação, nos termos dos artigos 6.º, 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a carreira técnica superior, categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

9 de Abril de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado**Despacho n.º 11740/2008**

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 51/05, de 30 de Agosto e do n.º 1 do artigo 36.º do CPA, e do despacho n.º 25.813/2007 de 2 de Novembro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218 de 13 de Novembro de 2007, subdelego:

1 — Na Licenciada Paula Cristina Oliveira Gonçalves Coelho, Directora de Departamento os poderes para no âmbito do Departamento Financeiro, praticar os seguintes actos:

- Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao limite de € 25.000,00,
- Autorizar o pagamento de encargos decorrentes de ajudas de custo;
- Autorizar a reconstituição do FM dos Serviços Externos e Serviços Centrais;
- Autorizar a liquidação do FM do Serviços Externos no caso de extinção ou fusão de serviços;
- Autorizar a devolução de quantias indevidamente depositadas pelas Conservatórias e Cartórios notariais a favor da DGRN;
- Autorizar o pagamento das despesas resultantes de acidentes de serviço

2 — No Licenciado Valdemar da Costa Ferreira, Coordenador do Sector das Tecnologias de Informação, os poderes para no âmbito deste Sector, praticar os seguintes actos:

- Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao limite de € 25.000,00
- Relativamente aos serviços externos, autorizar o procedimento de reafecção e abate de equipamentos, incluindo o abate ao respectivo inventário;

3 — No Licenciado Samuel Constantino Neves, Coordenador do Sector de Infra-estruturas, a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao limite de € 5.000,00 para os serviços externos enquadradas no âmbito dos procedimentos promovidos pela unidade de compras do Ministério da Justiça.

4 — Subdelego na Licenciada Lurdes Diana da Silva Reis Esteves, a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar despesas com aquisições de bens e serviços até ao limite de € 5.000,00 para os serviços dos registos e do notariado instalados nas Lojas do cidadão;

b) Assinar a correspondência ou expediente relativa aos processos de aquisição de bens e serviços por parte desses serviços.

5 — Subdelego no chefe de secção, Artur Manuel da Mata Fernandes Pereira, a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar despesas com aquisições de bens e serviços até ao limite de € 5.000,00 para os serviços externos dos registos e do notariado;

b) Relativamente aos serviços externos, autorizar o procedimento de reafecção e abate de bens, incluindo o abate ao respectivo inventário;

c) Assinar a correspondência ou expediente relativa à Divisão de Instalações e Equipamentos.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2007, considerando-se ratificados todos os actos praticados no âmbito pelos delegados desde essa data.

14 de Novembro de 2007. — O Vice-Presidente, *João Rodrigues*.

Direcção-Geral de Reinserção Social**Despacho (extracto) n.º 11741/2008**

Por meu despacho de 2008.03.31:

Licenciada Maria Luísa de Sousa Pereira Marques Anastácio, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeada, em regime de substituição, como Chefe da Divisão de Gestão de Pessoal, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 2008.04.01.

(Isento de fiscalização prévia do TC.)

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 11742/2008

Por meu despacho de 2008.03.24:

Licenciado Afonso Nunes Pereira Assis, assessor principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeado, em regime de substituição, como Chefe da Divisão de Património, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 2008.03.24.

(Isento de fiscalização prévia do TC.)

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 11743/2008

Por despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Justiça de 11.12.2007:

Licenciada Cláudia Maria Nunes Rodrigues Graça, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — autorizada a nomeação como Coordenadora da Autoridade Central Portuguesa nesta Direcção-Geral, sendo remunerada pelo índice imediatamente superior àquele em que se encontra posicionada na sua carreira de origem, tudo com efeitos a 01.12.2007.

(Isento de fiscalização prévia do TC.)

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 11744/2008

Por meu despacho 7 de Março de 2008:

Licenciada Natércia Silva Fortunato, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República — nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, chefe da Divisão Jurídica e Auditoria, dos serviços centrais

desta Direcção-Geral, com efeitos desde 7 de Março de 2008, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Natércia Silva Fortunato.
Estado civil — solteira.
Data de nascimento — 10 de Outubro de 1963.
Profissão — funcionária pública.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito, 1995, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduação em Ciências Políticas e Internacionais, 2000, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduação de Actualização em Legística e Ciência da Legislação, 2007, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Curso de formação inicial de Mediadores em Contexto Penal, 2007, Universidade Católica Portuguesa e Associação Portuguesa de Apoio à Vitima.

Habilitações profissionais:

Estágio para técnica superior de 2.ª classe, Procuradoria-Geral da República, 1998;
Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP) — INA, 2006;
5.º Congresso Nacional da Administração Pública — INA, 2007.

Experiência profissional:

1991 — estágio para ingresso na carreira oficial de justiça;
1992 — escriturária judicial, em regime eventual, nos Juízos Criminais de Lisboa e no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Franca de Xira;
1993 — técnica de justiça auxiliar na 7.ª Secção do DIAP de Lisboa;
1997 — estágio para ingresso na carreira técnica superior;
1998 — técnica superior na Divisão de Apoio Jurídico e Cooperação Judiciária da Procuradoria-Geral da República;
2006 — coordenadora da Unidade Funcional de Convenções Internacionais do Instituto de Reinserção Social;
2006 — chefe da Divisão de Apoio Jurídico, Auditoria e Inspeção, em regime de substituição, do Instituto de Reinserção Social;
2007 — chefe da Divisão Jurídica e Auditoria, em regime de substituição, da Direcção-Geral de Reinserção Social.

Comunicações:

Curso especializado — Direito da Família e das Crianças, palestra sob o tema «O direito convencional — a autoridade central», Centro de Estudos Judiciários, 2 de Março de 2007.

Despacho (extracto) n.º 11745/2008

Por meu despacho de 2008.03.07.

Lic. Paulo Jorge António Barreto, inspector de finanças principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Director de Serviços Financeiros e do Património, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 07.03.2008, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota Curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Paulo Jorge António Barreto
Estado Civil — Solteiro
Data de nascimento — 10 de Setembro de 1969.

Profissão — Funcionário Público

Habilitações literárias:

Licenciado em Economia (1993) pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa e pós-graduado em Gestão de Instituições e Operações Financeiras (1995) pelo Instituto Superior de Gestão.

Habilitações profissionais:

Iniciou funções na Administração Pública em 20 de Março de 1996, na Inspeção-Geral de Finanças — carreira de inspecção de alto nível, detendo actualmente a categoria de inspector de finanças principal desde Dezembro de 2000.

De 1 de Julho de 2006 até ao presente — Chefe da Divisão de Gestão Financeira, em regime de substituição, do extinto Instituto de Reinserção Social, actual Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS).

De 20 de Março de 1996 a 30 de Junho de 2006 — Inspector de Finanças Principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, tendo desenvolvido a sua actividade na área do Controlo da Gestão Pública, realizando trabalhos de diversa tipologia em organismos públicos, visando o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira.

De 1 de Outubro de 1995 e 19 de Março de 1996 — Técnico Superior na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, tendo como funções essenciais, designadamente, a elaboração dos orçamentos das suas Delegações e a definição da estratégia de preços da sua Direcção Comercial.

De 1 de Setembro de 1993 a 1 de Setembro de 1994 — Consultor-assistente na área de sistemas de informação em empresa multinacional do sector.

De 1 de Setembro de 1992 a 30 Abril de 1993 — Estagiário no Banco Português de Investimento (BPI). O estágio foi desenvolvido na área comercial e teve como principal vertente a análise de crédito a pequenas e médias empresas.

Despacho (extracto) n.º 11746/2008

Por meu despacho de 2008.03.07.

Lic. Carla Margarida Simão Matos Costa, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros — nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Chefe da Divisão de Gestão Financeira, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 17.03.2008, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota Curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Carla Margarida Simão Matos da Costa
Estado Civil — Solteira
Data de nascimento — 19 de Junho de 1971.
Profissão — Funcionária Pública

Habilitações literárias:

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas (1994) e pós-graduada em Marketing Internacional (1995) pela Universidade Moderna de Lisboa.

Habilitações profissionais:

Iniciou funções na Administração Pública em Maio de 1997 na Divisão de Gestão Financeira e Orçamental dos serviços centrais da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais como Assessora Técnica Especializada. Actualmente pertence ao quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros com a categoria de Técnica Superior de 1.ª classe.

De Dezembro de 1999 a Janeiro de 2001 exerceu funções de Assistente Administrativa na Secção de Contabilidade do Estabelecimento Prisional de Caxias.

De Fevereiro de 2001 a Fevereiro de 2005 exerceu funções de Técnica Superior na Divisão Técnica de Obras e Avaliações, na Divisão de Coordenação e Aquisições, na Divisão de Administração Patrimonial e na Direcção de Serviços de Gestão dos Veículos do Estado da ex-Direcção-Geral do Património.

De Março de 2005 a Março de 2008 exerceu funções de Técnica Superior na Direcção de Serviços Financeiros e Contabilidade da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Como principais funções destacam-se a elaboração de propostas e projecções orçamentais dos Gabinetes Ministeriais e serviços integrados na PCM, elaboração